

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELI/EM

O que esperar de 2008 na política

Quando o ano começar oficialmente, daqui a cerca de um mês, passado o carnaval, o que será que vai acontecer?

Pelo que parece, de uma coisa podemos estar certos: nada de relevante no tocante às reformas, que tantos consideram necessárias para desentravar nosso progresso como economia e nosso avanço como sociedade. É pena, mas tudo indica que o Planalto optou por nada fazer para viabilizá-las. E, sem seu apoio e iniciativa, elas se tornam inviáveis.

Será que foi por se sentir forte ou fraco que o palácio tomou essa decisão? Forte ao ponto de achar que não tem que se preocupar com o assunto, pois "tudo vai bem" em sua relação com a opinião pública? Ou fraco por se reconhecer incapaz de liderar a discussão sobre para onde e como ir?

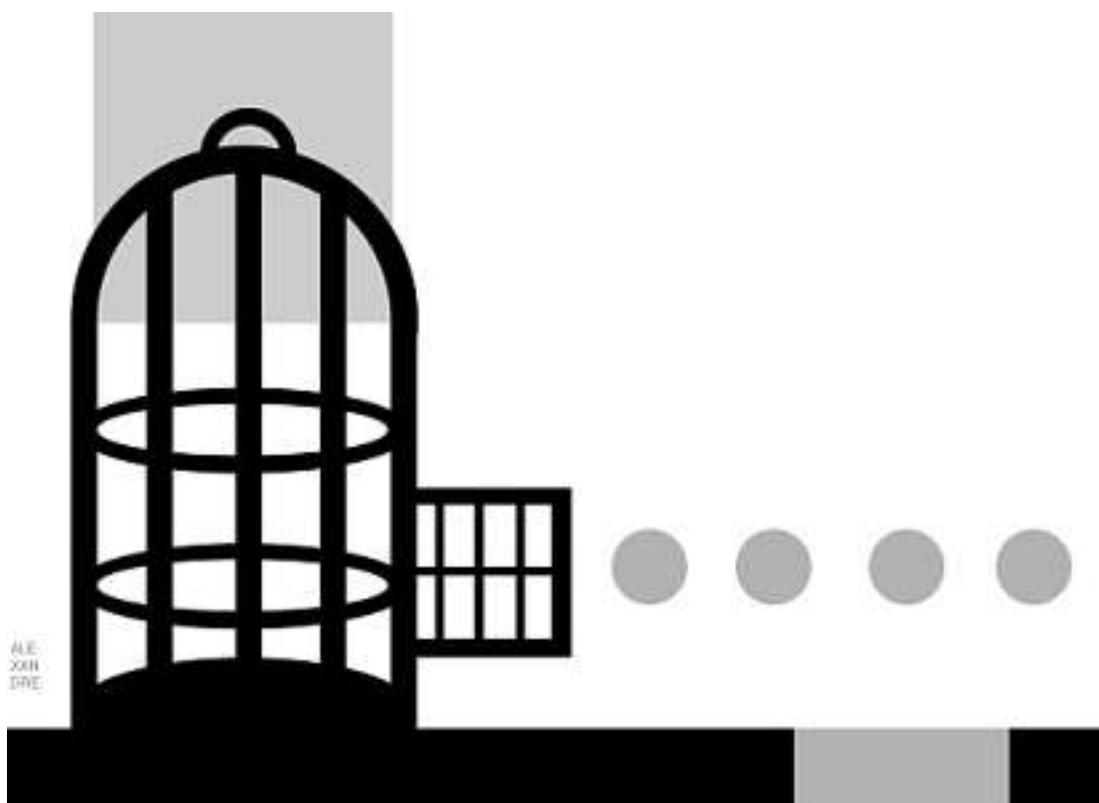
Talvez, o que é mais provável, por uma mistura dessas avaliações. Quem vive, há tanto tempo, com índices de aprovação popular como os atuais é tentado a ficar menos disposto ao risco e às inovações. O comodismo e certa preguiça são compreensíveis. Aliás, a sabedoria popular não está cheia de conselhos que justificam a inércia? Todos nós fomos criados ouvindo a frase "para que mexer em time que está ganhando"?

Além disso, o governo é

gato escaldado e, tendo visto que sua "base" tem a consistência de uma gelatina, prefere evitar novos dissabores, semelhantes ao que teve com a CPMF. O processo de discussão das reformas poderia escapar de seu controle, provocando mais problemas, nos três anos que tem pela frente, que soluções. Se ele tem um pássaro na mão (o atual quadro institucional), por que correr atrás de dois (um novo quadro)? Na dúvida, ele acha melhor não fazer nada.

Se isso for verdade, nosso ano político estará condenado a uma grande mesmice. Dele, o que podemos esperar é apenas uma rotina, uma "cotidianização", em que tudo vai transcorrer dentro de padrões habituais e conhecidos, de relações entre governo e Congresso, situação e oposição, Estado e sociedade. Ministros que entram e que saem, viagens daqui para ali, pequenas crises novas e algumas velhas, reações espasmódicas a fatos inesperados, respostas pré-fabricadas para os assuntos do dia-a-dia.

Isso é um desperdício, pois o governo Lula tinha as melhores condições, em muitos anos, para ser diferente. Com seu apoio popular, as condições favoráveis da economia mundial, a boa vontade da sociedade e de parte da



oposição, daria para andar muito mais.

Talvez seus antecessores não tenham feito isso, mas e daí? Por que Lula insiste em se comparar para trás ("nunca antes neste país...") e não em relação ao futuro, aonde poderia chegar e não chegou?

Parece haver, no âmago do lulismo, certo desapareço pela discussão institucional, como se fosse secundária em relação a um "fazer concreto". Para ele,

mais vale um Bolsa Família que mil reformas nas instituições.

Para o Brasil, olhando em perspectiva histórica mais ampla, isso, simplesmente, não é verdade. Fazer as reformas que o país exige é tão urgente como assegurar que os mais frágeis consigam sobreviver com dignidade. No médio e no longo prazo, é a melhor maneira de conseguir que isso seja,

de fato, alcançado.

Fora isso, vamos ter eleições. Em alguns poucos lugares, elas trarão emoções nacionais, pois serão parte do jogo da sucessão presidencial de 2010. Na maioria, no entanto, vão mobilizar apenas os eleitores de cada cidade. Suas conseqüências ficarão restritas a elas.

● Devido às férias do titular, esta coluna volta a ser publicada em fevereiro

“
Parece haver, no âmago do lulismo, certo desapareço pela discussão institucional, como se fosse secundária em relação a um 'fazer concreto'.
Para ele, mais vale um Bolsa Família que mil reformas nas instituições

OSCIPS

Com participação cada vez maior em programas do estado e volume de recursos que cresceu mais de três vezes nos últimos anos, organizações viram alvo de fiscalização especial do TCE

Entidades sofrem inspeção

JULIANA CIPRIANI

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais vai fechar o cerco em torno da atuação das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) no estado. As primeiras 36 inspeções foram concluídas mês passado nas entidades do terceiro setor que firmaram parcerias, contratos ou convênios com o estado até 15 de junho de 2007. No total, essas 15 Oscips avaliadas movimentaram R\$ 74 milhões em recursos públicos. Os relatórios sobre as visitas feitas por técnicos do TCE começam a ser analisados em fevereiro. Segundo o tribunal, as inspeções foram requisitadas após o órgão constatar, nas últimas contas do governo mineiro, um crescimento significativo nos valores destinados a essas organizações.

Dados do TCE, repassados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mostram que o montante recebido pelas Oscips em 2006, R\$ 15.523.747,20, foi 87,2% maior que o registrado em 2005, quando os contratos somaram R\$ 8.291.433,41. Quando são considerados os valores pendentes das parcerias firmadas em 2006, que estavam previstos para liberação em 2007, esse crescimento sobe para 333,6%. Conforme as estatísticas do TCE, seriam acrescidos R\$ 20.429.255,04, totalizando R\$ 35.953.002,24.

Segundo o conselheiro-corregedor do TCE, Antônio Carlos Andrada, que relatará os processos das inspeções, o procedimento passará a ser uma constante. "Isso vai ser uma rotina a partir de agora. Vamos acompanhar de perto essas parcerias, dado o crescente volume de recursos



Corregedor do Tribunal de Contas, Antônio Carlos Andrada afirma que acompanhamento detalhado das entidades se tornará rotina de agora em diante

que estão sendo destinados às Oscips." De acordo com ele, os funcionários do tribunal mineiro foram treinados especialmente para o trabalho pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, para verificar questões como a legalidade das Oscips, a aplicação dos recursos repassados e se o objetivo dos contratos firmados está sendo atendido.

Nas inspeções foram avalia-

dos termos de parceria e aditivos que somaram R\$ 68,5 milhões. Outros R\$ 5,4 milhões foram frutos de contratos e convênios. A Oscip que recebeu o maior valor foi a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV), em termo no valor de R\$ 23,4 milhões firmado com a TV Minas. A ADTV tem ainda contratos e convênios no valor total de R\$ 5,2 milhões, cele-

brados com as secretarias de Saúde, Defesa Social, Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Econômico, com a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Fundação Estadual do Meio Ambiente

(Feam), Fundação de Arte de Ouro Preto, Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig) e Fundação Clóvis Salgado.

PROJETOS SOCIAIS Com o segundo maior valor contratado aparece a ELO-Inclusão e Cidadania, que trabalha na área de políticas públicas para a inclusão social, com um termo de R\$ 14,4 milhões firmado com a Secretaria

de Defesa Social. Passou por inspeção, ainda, o termo de parceria de R\$ 9,5 milhões entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Hartmann Regueira, que desenvolve projetos sociais. Foi inspecionado termo de R\$ 6,9 milhões entre o Instituto Cultural Orquestra Sinfônica (ICOS) e a Fundação Clóvis Salgado. Com termos somando R\$ 2,9 milhões cada, foram avaliadas as oscips Humanizarte e o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento do Esporte Educação e Cultura, ambos com a Secretaria de Estado de Esportes.

Entraram na lista de visitas do TCE também a oscips Associação Saúde Solidária (R\$54,7 mil), Associação Mineira dos Portadores do Vírus de Hepatites (R\$ 393,6 mil), Organização para a Educação e Extensão da Cidadania (R\$ 186,6 mil), Instituto para Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (R\$ 1,023 milhão), Instituto Horizontes (R\$ 1,7 milhão), Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã (R\$ 1,3 milhão), De Peito Aberto (R\$ 1,7 milhão), Associação Mineira de Promoção das Entidades de Interesse Social (R\$ 170 mil) e Instituto Cultural Sérgio Magnani (1,7 milhão).

Segundo o conselheiro Antônio Andrada, as primeiras oscips a serem inspecionadas foram escolhidas em razão de terem os contratos com os maiores valores. Ainda de acordo com ele, a intenção do trabalho não é promover uma caça às bruxas. "Se eventualmente forem detectados problemas, será até positivo para mudar ou aperfeiçoar a forma de parceria que está sendo adotada pelo estado."